

O caráter pactuado da transição política no Brasil e a continuidade de elites políticas: apontamentos a partir do estudo de caso das eleições de 1974

Oscar Augusto Berg¹

Resumo: O presente artigo analisa as eleições de 1974 no Brasil de maneira a identificar a ocorrência da continuidade das carreiras políticas dos governadores e senadores então eleitos na democracia. Após identificar que, 60% dos senadores e 36% dos governadores vivos após 1989 disputaram eleições na democracia e que, nos dois casos, 26% deles venceram-nas, o artigo testa algumas variáveis explicativas da ocorrência do fenômeno de continuísmo. Assim, é identificado que a filiação a Arena, que o exercício, durante a ditadura civil-militar, do mandato de governador, que o fato de não ser um remanescente da Quarta República, assim como aqueles de se situar entre o grupo dos mais jovens e de pertencer a famílias com tradição política são fatores que impactam positivamente na continuidade da carreira política na democracia.

Palavras-chave: Carreiras políticas; Transição Política; Ditadura civil-militar; Arena; MDB.

Introdução

Conforme identifica Samuel Huntington (1991), após duas primeiras ondas de democratização a partir, respectivamente, da década de 1820 e da vitória dos aliados na II Guerra Mundial, a Revolução dos Cravos, de 1974, que derrubou o regime salazarista e promoveu a transição de Portugal à democracia, foi o prelúdio de um grande número de transições políticas conhecido como terceira onda de democratização. No âmbito deste fenômeno mais de 30 países dos continentes europeu, americano e asiático realizaram sua transição à democracia. Na América Latina, após uma onda de golpes militares nas décadas de 1960 e 1970, os anos 1980 foram marcados pelo esgotamento dos regimes autoritários e pelo fortalecimento das demandas pela transição política à democracia, as quais, em sua maioria, se concretizariam seja ao final desta década seja ao longo da seguinte. Em um cenário continental e global de transições políticas, o Brasil viveu entre os anos de 1974 e 1989 um processo de transição que se destacou em função de seu caráter gradual, longo e pactuado. A pesquisa em curso reflete sobre as relações entre estas características e o registro de continuidade de lideranças políticas entre o regime autoritário militar-civil² e o democrático (ARTURI, 2001, p. 17), tomando como foco da análise os governadores e senadores eleitos ao longo da ditadura e remanescentes no período democrático. O objetivo da pesquisa é responder ao seguinte questionamento: as características dos processos de transição

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). É graduado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário La Salle Canoas (Unilasalle), com período sanduíche na Universidade do Quebec em Montreal (UQAM). É bolsista Capes. Email: oscar.b5@hotmail.com

² No âmbito do presente artigo, é empregada a expressão “ditadura civil-militar” para designar o regime instalado em 1964. Esta definição, no entanto, não é objeto de consenso entre historiadores e cientistas sociais. Para uma defesa do uso da expressão ditadura civil-militar, Ver REIS, 2012. Para uma crítica deste uso, Ver POMAR, 2012.

política e liberalização brasileiros permitem compreender a ocorrência de uma continuidade de carreiras políticas entre dois regimes políticos distintos?

Considerando a extensão da ditadura, a pesquisa cobre sete eleições para os governos estaduais³ e seis eleições ao Senado Federal⁴. O presente artigo, por sua vez, como uma etapa inicial da pesquisa, analisa o caso das eleições gerais de 1974, cuja escolha, como será mais bem explicado no texto, se deve em função de sua importância no interior do processo de transição política e de transformação do regime ditatorial brasileiro. A análise desta eleição tem como objetivo elucidar as seguintes questões: os governadores e senadores então eleitos advinham de famílias tradicionais, já possuíam carreiras políticas próprias ou se inseriram no mundo político na ditadura? Estes eleitos tentaram manter as suas respectivas carreiras políticas após o final do regime? Em caso afirmativo, eles tiveram êxito em suas empreitadas? Quais os caminhos seguidos no regime democrático?

A próxima seção do texto discute a metodologia e o quadro teórico empregados, colocando em revista a construção da base de dados e conceitos que balizam nosso entendimento sobre o processo de transição política e sobre o período considerado na análise. A terceira seção, em seguida, retoma o contexto político da eleição em questão, justificando sua escolha como ponto de partida da investigação. A quarta seção, por sua vez, expõe em tela os dados de continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos em 1974 e os interpreta, identificando diferentes tipos de consecução do continuísmo de carreiras políticas. A seguir, a quinta seção identifica os caminhos percorridos na democracia pelos governadores e senadores remanescentes. Finalmente, são apresentadas as conclusões, que indicam a ocorrência de um notável fenômeno de continuidade de carreiras políticas entre os dois regimes considerados e lançam luz sobre o prosseguimento da pesquisa, cuja realização tem como objetivo contribuir para o avanço da pesquisa nos campos de estudos sobre

³ A saber, as eleições de 1965 para dez estados (GO, GB, MA, MT, MG, PA, PB, PR, RN e SC), ainda sob vigência do multipartidarismo herdado da República de 1946, as eleições de 1966 para doze estados (AC, AL, AM, BA, CE, ES, PE, PI, RJ, RS, SP e SE) e as eleições gerais de 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986. A realização de eleições em diferentes estados nos anos de 1965 e 1966 se deve ao fato de nos primeiros o mandato dos governadores serem de cinco anos, enquanto nos segundos o mandato totalizava quatro anos. No que diz respeito à diferença quanto ao sistema partidário em vigência nestas duas ocasiões, a passagem do multipartidarismo ao bipartidarismo é, em grande medida, uma consequência de alguns resultados de 1965, em especial, das vitórias dos candidatos do PSD, em aliança com o PTB, nos estados de Guanabara (Negrão de Lima) e Minas Gerais (Israel Pinheiro), que incentivou a promulgação dos atos institucionais de número 2 e 3, que decretaram a realização de eleições indiretas aos cargos de Governador e Presidente e a extinção dos partidos políticos então vigentes (FLEISCHER, 1994, p. 166; MADEIRA, 2006, p. 52). Em uma análise bastante interessante, Jenks (1979) afirma que apesar destes resultados terem soado o alerta dos militares, a derrota dos candidatos da UDN, Carlos Lacerda e Magalhães Pinto, respectivamente, nestes dois estados, também apresentou vantagens ao Presidente Castelo Branco, ao neutralizar as aspirações presidenciais destes ambiciosos líderes regionais.

⁴ A saber, as eleições gerais de 1966, 1970, 1974, 1978, 1982 e 1986.

transições e carreiras políticas, ao reforçar o entendimento segundo o qual o modo de instauração do regime democrático impacta em seu desenvolvimento ulterior.

1 Definições metodológicas e teóricas

O método empregado pela pesquisa é o da análise de carreiras políticas, a partir de verbetes biográficos sobre os governadores e senadores eleitos no ano de 1974. Como afirmam Costa et al. (2015), a seleção de fontes para a pesquisa sobre carreiras políticas de elites políticas deve respeitar três fatores principais: (a) a acessibilidade dos dados desejados; (b) a possibilidade do uso direto e rápido dos dados (o que, na opinião destes autores, limita o uso de biografias pessoais); e (c) a cobertura ampla do percurso biográfico, ou, no presente caso, da carreira política. Por esta razão, foi adotada como fonte primária da obtenção dos dados o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), que disponibiliza notas biográficas sobre indivíduos presentes nas cenas políticas nacional e estadual a partir do levante revolucionário de 1930 e que possui, em sua versão *online*, dados atualizados até o final dos anos 2000 e início dos anos 2010.

Como já mencionado, o foco é colocado nos governadores e senadores eleitos em 1974. Do ponto de vista dos cargos escolhidos, cabe destacar os seguintes aspectos que justificam esta escolha e não aquela por postos como os de vereadores, prefeitos ou deputados (estaduais ou federais). Em primeiro lugar, pelo fato de os ocupantes destes postos serem, geralmente, indivíduos com longas trajetórias anteriores ao exercício das funções de governador ou senador (NEIVA, 2011). Assim, será possível investigar até qual medida os governadores e senadores eleitos em 1974 se enquadrariam nesse perfil ou seriam, pelo contrário, políticos sem carreiras prévias de destaque. Em segundo lugar, em função da centralidade exercida por estes postos no recrutamento e nas estratégias partidárias para as eleições. Como demonstra Nery (1975), os processos de seleção dos candidatos eram objeto de profundas disputas no interior dos dois partidos entre indivíduos, que ativavam redes⁵ de maneira a sustentar as suas indicações. Portanto, ponto fundamental da escolha, é possível destacar que no lugar de investigar a continuidade de carreiras políticas de eleitos quaisquer, a pesquisa se propõe a ver a medida na qual os detentores de cargos de destaque no ordenamento político do regime de 1964 conseguem dar prosseguimento às suas carreiras políticas no retorno à democracia. Desta forma, os dados aqui apresentados sobre a

⁵ Muitas destas redes, ou alas internas, se apoiavam em vínculos de lealdade ou rivalidade, cujas fronteiras se definiam a partir da pertença partidária do político em questão no multipartidarismo (1946-1966), que precede a instauração do bipartidarismo. Ver Nery (1975) e Madeira (2002).

continuidade de carreiras políticas de governadores e senadores podem ser lidos como um *proxy* da continuidade de elites⁶ políticas a despeito da transição política entre estes dois regimes distintos e, em certa medida, antagônicos.

Apesar de sua atualização lenta, os verbetes do DHBB possuem uma estrutura básica que facilitou a montagem da base de dados (COSTA et al., 2015, p. 76, 79), que sistematiza as seguintes informações: (a) data de nascimento; (b) ascendentes ocuparam postos eletivos; (c) ocupou cargos eletivos antes do golpe de 1964; (d) número e qualificação de cargos eletivos ocupados antes da eleição ao posto em análise; (e) idade no momento da eleição; (f) falecimento anterior à 1989; (g) cargos eletivos disputados após 1989; (h) cargos eletivos obtidos após 1989; (i) cargos atualmente ocupados; (j) data de falecimento (k) descendentes ocuparam postos eletivos. A partir destes dados é possível verificar a continuidade de carreiras políticas dos governadores e senadores eleitos em 1974 no retorno à democracia, a partir de 1989, apontando aqueles que disputaram eleições e, eventualmente, as venceram. Assim, o governador ou senador eleito no ano de 1974 e que tenha obtido cargos eletivos a partir da eleição presidencial de 1989 é considerado como um indivíduo que continuou a sua carreira política entre dois regimes políticos distintos.

Diferentes interpretações sobre a extensão da ditadura civil-militar brasileira coexistem. De acordo com diferentes autores, é possível elencar tanto os anos de 1985 – posse do primeiro governo civil – como de 1988 – promulgação de uma nova constituição – ou de 1989 – eleição do primeiro presidente pelo voto direto desde o golpe – como marcos da superação do regime instalado em 1964. No presente artigo, em consonância com a interpretação de Codato (2005) e a sua divisão dos 25 anos de regime ditatorial em cinco fases históricas⁷, tomamos o ano de 1989 como aquele de encerramento do regime ditatorial. O entendimento da ditadura civil-militar brasileira como um regime que se estende entre 1964 e 1989 se apoia na seguinte definição do que deve ser um regime democrático:

A democracia é um regime político: (a) que promove eleições competitivas livres e limpas para o Legislativo e o Executivo; (b) que pressupõe uma cidadania adulta abrangente; (c) que protege as liberdades civis e os direitos políticos; (d) no qual os governos eleitos de fato governam e os militares

⁶ Esta informação deve ser lida com precaução. Em especial, os seguintes pontos devem ser destacados. Deve-se entender que a composição da elite política não se restringe apenas aos governadores e senadores, se estendendo para outros cargos eletivos ou não. Portanto, quando é dito que a continuidade das carreiras políticas de governadores e senadores remanescentes da ditadura na democracia não está a se reduzir a elite política brasileira à apenas estes indivíduos.

⁷ São elas: (1) Constituição do regime, entre março de 1964 e dezembro de 1968; (2) Consolidação do regime, entre 1969 e 1974; (3) Transformação do regime, entre 1974 e 1979; (4) Desagregação, entre 1979 e 1985; e, finalmente, (5) transição ao regime liberal democrático, entre 1985-1989 (CODATO, 2005).

estão sob controle civil (MAINWARING, BRINKS, PÉREZ-LIÑAN, 2001, p. 645).

A realização de eleições em 1974 não é, portanto, suficiente para que fosse possível considerar o regime em vigor como democrático. Em primeiro lugar, pela sucessiva aplicação de casuísmos eleitorais (FLEISCHER, 1994), que buscaram favorecer a vida do partido de sustentação do regime, a Arena⁸, e prejudicar a oposição. Em segundo lugar, grandes parcelas da população, como os analfabetos, ainda não detinham direito ao voto. Em terceiro, pela desvalorização das liberdades civis e dos direitos políticos diante dos imperativos de segurança nacional, ao longo dos 25 anos de regime. Por fim, pelo controle militar exercido sobre o processo político.

Neste cenário, a realização, em 1989, de eleições competitivas e decisivas para a presidência da República em um contexto político de saída dos militares da disputa eleitoral e no âmbito jurídico de um novo texto constitucional, promotor de uma cidadania abrangente abarcando o respeito de direitos políticos e liberdades civis, representa o esgotamento do processo de liberalização do regime ditatorial, ou seja, “[do] processo de tornar efetivos determinados direitos que projetam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou por uma terceira parte” (O’DONNEL, SCHMITTER, 1988, p. 22), representado pelo projeto de distensão política, lançado por Geisel, em 1974, e o início do processo de democratização, o qual é entendido da seguinte maneira:

[A democratização] refere-se aos processos mediante os quais as regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios [...], ou são expandidos, para incluir pessoas que antes não gozavam desses direitos nem estavam submetidas a essas obrigações [...] ou, ainda, estendidos de forma a dar conta de temas e instituições que previamente não se encontravam sujeitas à participação dos cidadãos (O’DONNEL e SCHMITTER, 1988, p. 26).

Assim, a democratização se configura como a consolidação de um regime democrático, que zele pelas quatro condições democráticas acima elencadas. No caso brasileiro, o ano de 1989 não deve, portanto, ser entendido como a celebração da consolidação democrática, mas como uma das etapas iniciais de um processo de democratização, cuja conclusão continua incerta⁹.

⁸ Aliança Renovadora Nacional, todas os significados das siglas de partidos políticos mencionadas no texto se encontram no glossário.

⁹ Uma das avaliações possíveis sobre a democratização, veiculada, entre outros, por Codato (2005) e Santos (2007), afirma os governos Collor, Franco e Cardoso como o período de consolidação do regime inaugurado em 1989 e a eleição de Lula, em 2002, na medida em que ela marca a chegada da esquerda ao poder, como o

2 As eleições de 1974

Instalados no poder em abril de 1964 após a deposição do presidente João Goulart, os militares brasileiros assentaram sua legitimidade por um longo período no sucesso econômico do regime e na necessidade de dismantelar a resistência ao regime, tanto a oposição real, representada pela luta armada – e, em menor grau, por setores dos remanescentes da Quarta República (1945-1964) – quanto a oposição imaginada, idealizada em torno da ameaça comunista, como destaca Codato (2005, p. 97). Na opinião deste autor, os dez primeiros anos do regime ditatorial correspondem às suas fases de constituição e de consolidação (2005, p. 83). Registramos, então, o exercício de uma grande influência pela dita linha dura militar junto à administração do Estado, a aprovação dos principais dispositivos autoritários utilizados pelo regime para o controle da vida política e a distorção das instituições herdadas do período democrático anterior (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988) e o momento mais crítico de perseguição política à oposição.

Passada esta primeira fase, o regime entrou, a partir do mandato presidencial de Geisel (1974-1979) em uma irreversível transformação de sua natureza política, através do projeto presidencial de distensão, a qual “corresponde, então, à substituição ou afrouxamento de algumas regras com vistas a diminuir a repressão e restabelecer alguns direitos individuais ou coletivos e, fundamentalmente, subordinar e restabelecer a unidade interna às Forças Armadas” (MATHIAS, 1995, p. 151-152). Ainda que o próprio Geisel empregasse distensão como um sinônimo de democratização, é importante manter em mente que estes termos – ou fases de um processo de transição política¹⁰ de retorno à democracia – não são idênticos, ainda que estejam intimamente relacionados (MARQUES, 2010, p. 63). Na liberalização não há nenhuma garantia quanto ao regime que resultará das reformas que ele avança (MATHIAS, 1995, p. 151), enquanto a democratização pressupõe a instalação de um regime democrático e, idealmente, o alcance de uma democracia plena.

Por muito tempo foi dominante, na ciência política, o entendimento segundo o qual a transição política seria motivada por aspectos externos, como degradações dos quadros econômico e/ou social. No entanto, nos anos 1980, a explicação através de microvariáveis políticas passou a ser valorizada, em detrimento das macrovariáveis econômicas e sociais (ARTURI, 2001; MARQUES, 2010). A partir dessa mudança foi possível entender como, em

término desse processo. O recente controverso processo de destituição de Dilma Rousseff, sucessora de Lula, trouxe de volta à tona questionamentos se, de fato, o Brasil teria alcançado a sua plena democratização.

¹⁰ A definição clássica de transição política é a do “movimento [inscrito no tempo e no espaço] de uma coisa para outra” (O'DONNELL, SCHMITTER, 1988, p. 107).

determinados cenários, mandatários iniciam um processo de transição política de maneira a obter ganhos com isso. No caso brasileiro, tem-se que a motivação do ensaio transitório iniciado por Geisel é, sobretudo, de retomar o controle da máquina militar instalada junto ao Estado e ao governo (MATHIAS, 1995) e, com isso, garantir uma maior estabilidade política ao regime (CODATO, 2001). Nesse processo, as eleições deveriam exercer o papel de canalização das opiniões políticas dos brasileiros, ao passo que reformas eleitorais, poderiam melhor controlar o processo eleitoral. No entanto, estas reformas se transformaram em verdadeiros casuísmos, que acabaram por produzir resultados diferentes daqueles esperados pelos “engenheiros” palacianos “e por isso, exigiram outros casuísmos seguintes, numa sequência sem fim de ‘correções de rumo’” (FLEISCHER, 1994, p. 163).

Por exemplo, mudanças como o Código Eleitoral, de 1965, o sistema bipartidário, a Constituição, de 1967, e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, fizeram com que a Arena se tornasse dominante após as eleições de 1970, quando obteve 89% do Senado e 72% da Câmara dos Deputados. Este resultado colocou em riscos a manutenção de uma fachada democrática ao regime, aspecto tão caro aos olhos dos dirigentes militares (KINZO, 1980). Desta maneira, novas alterações aplicaram-se às eleições de 1974, como a proibição da sublegenda¹¹ para a corrida ao Senado, o acesso amplo à televisão para as campanhas eleitorais e a criação de um ambiente mais livre para a sua ocorrência (FLEISCHER, 1994). No entanto, no lugar de permitir ao MDB recuperar a sua posição de 1966, menos desfavorável que aquela produzida pelas eleições federais de 1970, estas mudanças permitiram ao partido opositor a obtenção de uma contundente vitória: dos 22 estados brasileiros, 16 elegeram senadores emedebistas (dentre os quais, os estratégicos estados de Minas Gerais, Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul). No caso dos governadores, a eleição indireta realizada pelos deputados estaduais em final de mandato, em aplicação da Emenda Constitucional nº 2, de 09 de maio de 1972, permitiu a Arena eleger a totalidade dos executivos estaduais. Este resultado também foi conquistado em função da aplicação de um casuísmo eleitoral, a fusão dos estados da Guanabara (onde o MDB detinha a maioria e elegera o governador, em 1970) e do Rio de Janeiro, que evitou uma nova vitória opositora neste primeiro estado e assegurou a vitória arenista no novo ente unificado, que

¹¹ A sublegenda, prevista pelo Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965, permitia que um mesmo partido lançasse até três candidaturas em um mesmo pleito. Desta maneira, vencia o partido que recebesse o maior número de votos somando-se aqueles recebidos por cada sublegenda. O candidato mais votado deste partido se tornava, assim, o vencedor do pleito, mesmo que individualmente ele não fosse o mais votado. Esse mecanismo foi adotado de maneira a conciliar antigas rivalidades herdadas da República de 1946 e permitir a sua coexistência no interior dos dois partidos permitidos pelo AI-2, em especial da Arena (FLEISCHER, 1994, p. 168; MADEIRA, 2002, p. 40).

manteve o nome de Rio de Janeiro. O quadro abaixo reúne os eleitos em cada uma das unidades da federação:

Quadro 1 – Governadores e Senadores eleitos em 1974

Estado	Governo Estadual	Senado
Acre	Geraldo Mesquita (Arena)	Adalberto Sena (MDB)
Alagoas	Divaldo Suruagy (Arena)	Teotônio Vilela (Arena)
Amazonas	Enoque Reis (Arena)	Evandro Carreira (MDB)
Bahia	Roberto Santos (Arena)	Luiz Viana Filho (Arena)
Ceará	Adauto Bezerra (Arena)	Mauro Benevides (MDB)
Espírito Santo	Élcio Álvares (Arena)	Dirceu Cardoso (MDB)
Goiás	Irapuan Costa Júnior (Arena)	Lázaro Barbosa (MDB)
Guanabara	*	Danton Jobim (MDB)
Maranhão	Nunes Freire (Arena)	Henrique de la Rocque (Arena)
Minas Gerais	Aureliano Chaves (Arena)	Itamar Franco (MDB)
Mato Grosso	José Garcia Neto (Arena)	Mendes Canale (Arena)
Pará	Aloísio Chaves (Arena)	Jarbas Passarinho (Arena)
Paraíba	Ivan Bichara (Arena)	Ruy Carneiro (MDB)
Pernambuco	Moura Cavalcanti (Arena)	Marcos Freire (MDB)
Piauí	Dirceu Arcoverde (Arena)	Petrônio Portela (Arena)
Paraná	Jaime Canet Júnior (Arena)	Leite Chaves (MDB)
Rio de Janeiro	Faria Lima (Arena)	Roberto Saturnino (MDB)
Rio Grande do Norte	Tarcísio Maia (Arena)	Agenor Maria (MDB)
Rio Grande do Sul	Sinval Guazzelli (Arena)	Paulo Brossard (MDB)
Santa Catarina	Konder Reis (Arena)	Evelásio Vieira (MDB)
São Paulo	Paulo Egídio Martins (Arena)	Orestes Quércia (MDB)
Sergipe	José Rollemberg (Arena)	Gilvan Rocha (MDB)

* Em aplicação da Lei Complementar nº 20, de 01 de julho de 1974, ficou decidido que os Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro seriam fundidos, mantendo o nome deste último. Fonte: Feito pelo autor a partir de dados do TSE

3 A continuidade de carreiras políticas

Conhecidos os indivíduos que preencheram os 43 mandatos concernidos pelo recorte aplicado no presente artigo, resta examinar, a partir da base de dados anteriormente descrita, os empreendimentos de continuidade de carreiras políticas promovidos ou não por estes eleitos e, em seguida, testar variáveis explicativas desse fenômeno.

Tabela 1 – Eleições de 1974 e a continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
			n'	%	n''	%	
Governadores	21	19	7	36,84	5	26,32	71,43
Senadores	22	15	9	60	4	26,67	44,44
TOTAL	43	34	16	47,06	9	26,47	56,25

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Postos ocupados na ditadura civil-militar

Os resultados exprimidos pela tabela 1 foram calculados a partir de n , ou seja, descontando do total de eleitos em 1974 (N) os governadores e senadores mortos antes de 1989. Ao total, dos 43 mandatos preenchidos em 1974, 34 indivíduos continuavam vivos em 1989 e, portanto, com possibilidades de darem prosseguimento às suas carreiras políticas no novo regime democrático. Destes, 16 (47%) disputaram eleições na democracia, enquanto 9 (apenas 26%) conseguiram alcançar cargos eletivos. Os dados acima revelados permitem avaliar o impacto de uma primeira variável explicativa do sucesso (ou não) dos empreendimentos de continuação de carreiras políticas: a ocupação, na ditadura, do posto de governador ou senador. Por um lado, é maior o número de senadores que disputaram eleições na democracia (9 contra 7), enquanto, por outro lado, é maior o número de governadores que venceram-nas (5 contra 4). Isso significa que a taxa de sucesso das candidaturas de governadores remanescentes na democracia (71,43%) é superior àquela dos senadores (44,44%). Portanto, em um primeiro exame, ter sido governador na ditadura, pelo menos para o caso das eleições de 1974, se revela como uma vantagem, em comparação ao exercício do mandato senatorial, em relação a um projeto de continuidade de carreira política. Vejamos como se comportam outras variáveis explicativas.

A carreira prévia

Como dito anteriormente, governadores e senadores são, geralmente, postos ocupados por políticos detentores de importantes carreiras prévias (NEIVA, 2011). De fato, os 22 senadores eleitos em 1974 haviam ocupado uma média de 3,05 cargos¹² antes da chegada ao Senado. No caso dos governadores, o número é menor, alcançando a média de 2,29 cargos antes da eleição ao executivo estadual¹³. A tabela 2, a seguir, apresenta dados sobre a média de cargos ocupados por três grupos diferentes de políticos: os que não continuaram as suas carreiras políticas após 1989; aqueles que disputaram eleições após 1989; e, finalmente, aqueles que venceram eleições após 1989.

¹² Este levantamento considerou apenas cargos eletivos, nominalmente aqueles de vereador, vice-prefeito, prefeito, vice-governador, governador, deputado estadual, deputado federal, senador, vice-presidente da República e presidente da República.

¹³ Esta diferença se deve ao fato de um maior número de governadores eleitos em 1974 estarem em seu primeiro mandato em comparação aos senadores (6 contra 3).

Tabela 2 – Variável média de cargos ocupados e continuidade de carreiras políticas

Cargo	Média de cargos ocupados até a eleição em 1974			
	TOTAL*	Não disputaram eleições após 1989	Disputaram eleições após 1989	Venceram eleições após 1989
Governador	2,21	2,00	2,57	2,60
Senador	2,87	4,17	2,00	2,00

* Descartados os mortos antes de 1989

Fonte: Autoria Própria

Os dados revelam que a média de cargos ocupados até a eleição em 1974 não parece ser uma variável importante sobre a continuidade de carreiras políticas na democracia, na medida que os dados não são coerentes para o caso dos eleitos deste ano. Por um lado, no caso dos governadores, os que não disputam eleições após 1989 haviam ocupado uma média de cargos menor que aquelas dos que disputam eleições e que as vencem. Por outro lado, no caso dos senadores ocorre justamente o contrário. Assim, se em um caso parecem ser os políticos mais experimentados que conseguem continuar as suas carreiras políticas na democracia, no outro caso, encontrou-se exatamente o contrário.

Desta forma, decidiu-se testar outro possível impacto da carreira anterior à eleição de 1974 sobre os empreendimentos de continuidade das carreiras políticas: a obtenção de mandatos eletivos no regime democrático anterior ao golpe de 1964. Os dados encontram-se disponíveis na tabela a seguir:

Tabela 3 – Variável carreira anterior a 1964 e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Carreira anterior a 1964	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso %	
				n'	%	n''	%		
Governador	21	19	Sim	10	3	30	2	20	66,6
			Não	9	4	44,4	3	33,3	75
Senador	22	15	Sim	10	5	50	2	20	40
			Não	5	4	80	2	40	50
TOTAL	43	34	Sim	20	8	40	4	20	50
			Não	14	8	57,1	5	35,7	62,5

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Como se percebe, a maior parte dos governadores e senadores eleitos em 1974 já detinham carreiras políticas no regime democrático anterior ao golpe de 1964. Este fato não chega a surpreender na medida em que tanto os partidos quanto os políticos da Quarta República formaram, respectivamente, as bases de formação de, respectivamente, os partidos do sistema bipartidário instaurado pela ditadura e das suas bancadas federais, estaduais e

municipais (KINZO, 1980). Contudo, ao passo que o exercício de mandatos eletivos no regime prévio à ditadura civil-militar se revelou como um fator explicativo importante da presença destes políticos no cenário político deste último regime, o mesmo não pode ser dito da continuidade nas suas carreiras para além da ditadura. Pelo contrário, conforme a tabela acima aponta, dentro os governadores e senadores eleitos em 1974, são aqueles que não detinham carreiras políticas no regime democrático anterior à ditadura que mais frequentemente disputaram eleições na democracia posterior à ditadura e que mais frequentemente alcançaram cargos eletivos neste último regime.

Contudo, a pequena vantagem obtida pelos não-remanescentes do regime de 1946 sobre aqueles remanescentes é indicativa de cautela. Este dado deve ser lido acompanhado de outra variável cujo efeito sobre a continuidade de carreiras após 1989 será testado a seguir: a idade dos eleitos em 1974

O fator geracional

A sequência da pesquisa poderá confirmar a hipótese segundo a qual quanto mais próxima da data de transição à democracia, maior será a frequência de continuidade de carreiras políticas revelada por uma dada eleição. Por enquanto, é possível tomar o caso da eleição de 1974, dividindo os governadores e senadores então eleitos em dois grupos, a saber, os mais jovens¹⁴ e os mais velhos¹⁵, de maneira a fornecer indicativos acerca do eventual peso de um fator geracional sobre os empreendimentos de continuidade de carreiras políticas.

Tabela 4 – Variável Idade e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Idade média	Grupo	n	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
						n'	%	n''	%	%
Governador	21	19	50	Jovens	10	7	70	5	50	71,4
				Velhos	9	0	0	0	0	0
Senador	22	15	47,5	Jovens	9	7	77,7	4	44,4	57,1
				Velhos	6	2	33,3	0	0	0

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Sobressai da tabela anterior que, no caso das eleições de 1974, é sempre maior o número de governadores ou senadores que tentam e conseguem continuar as suas carreiras

¹⁴ Por mais jovens, entende-se os governadores ou senadores com idade igual ou inferior à média dos eleitos a cada posto e com chances de continuarem as suas carreiras, ou seja, descontando-se os mortos antes de 1989.

¹⁵ Por mais velhos, entende-se os governadores ou senadores com idade superior à média dos eleitos a cada posto, igualmente desconsiderando no cálculo aqueles mortos antes de 1989.

políticas na democracia quando a sua idade é igual ou inferior à média de seus homólogos, que aqueles que encerram suas carreiras no regime autoritário¹⁶. Esta conclusão demonstra a presença de um fator geracional importante na decisão de tentar continuar a carreira política na democracia. Contudo, ele não é capaz de explicar sozinho o sucesso desse empreendimento, conquista que pode ser compreendida, por exemplo, através do pertencimento do político em questão a uma família com tradição política, variável testada a seguir.

O núcleo familiar

Uma das variáveis mais frequentemente empregadas para o estudo de carreiras políticas é o pertencimento à famílias com tradição política. Defende-se que aqueles indivíduos oriundos de família já presentes na política (eventualmente, com uma longa tradição política transmitida entre as suas diferentes gerações) têm vantagens no momento do recrutamento político em relação àqueles indivíduos de famílias sem tradição política. Com efeito, autores como Doria (1995) reduzem a definição das fronteiras da elite política às famílias consolidadas no poder. Sem necessariamente adotar este ponto interpretativo extremo, as pesquisas, em geral, que observam variáveis ligadas aos laços familiares, “estão interessadas e, desvendar mecanismos sociais de premiação de linhagens políticas, tradições e ligações locais como insumos constitutivos dos grupos dirigentes de uma região em um certo período de tempo” (COSTA et al., 2015, p. 70).

O exercício do mandato de governador ou senador, a presença ou não no *cosmos* político da Quarta República e a maior ou menor idade são fatores que afetam o empreendimento de continuidade de carreiras políticas na democracia. No entanto, estas variáveis falam pouco sobre a presença do eleito em questão na elite política da ditadura. Por este motivo, é considerado, agora, o pertencimento à famílias tradicionais na política. Esta variável, por um lado, nos elucida sobre a inserção do indivíduo no conjunto de 43 eleitos nas eleições em consideração e, por outro lado, também se erige como mais um incentivo para a continuidade de carreiras políticas na transição de regime.

¹⁶ Dentre os mais jovens temos o seguinte quadro: nos governos estaduais, quatro não tentam continuar as suas carreiras (Adauto Bezerra, Jaime Canet Júnior, Moura Cavalcanti e Paulo Egídio Martins), enquanto sete outros o tentam (Aureliano Chaves, Irapuan Costa Júnior, Divaldo Suruagy, Elcio Álvares, Konder Reis, Roberto Santos e Sinval Guazzelli), sendo que os cinco últimos o conseguem. Enquanto isso, no Senado, são duas as desistências (Agenor Maria e Gilvan Rocha) e sete postulantes a cargos eletivos na democracia (Evandro Carreira, Leite Chaves, Orestes Quércia, Itamar Franco, Lázaro Barbosa, Mauro Benevides e Roberto Saturnino Braga), sendo que os quatro últimos conseguem alcançá-los.

Antes de passarmos aos dados encontrados, é preciso ter em mente os critérios escolhidos para a definição do que é uma família com tradição política. Como anteriormente afirmado, os verbetes do DHBB apresentam uma estrutura básica comum. No que diz respeito aos laços familiares dos biografados, nem sempre se encontram disponíveis informações acerca de atividades e filiações partidárias dos pais e demais familiares. Alguns verbetes contém informações pormenorizadas sobre o exercício de mandatos locais ou regionais nas máquinas partidárias (presidência do diretório municipal, funções na executiva estadual, etc.), enquanto, na maior parte dos casos, os vínculos políticos da família se restringem a uma descrição de cargos eletivos ocupados pelos familiares. Por esta razão, neste artigo, família na política circunscribe os casos de familiares (pais, irmãos, avós, tios, primos e esposos) que tenham exercido mandatos dos postos descritos na discussão sobre a carreira prévia¹⁷, pois são estes os dados disponibilizados pela fonte de dados.

Tabela 5 – Variável familiar e continuidade de carreiras políticas

Posto	N	n*	Família na política		Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
					n'	%	n''	%	%
Governador	21	19	Sim	8	4	50	3	37,5	75
			Não	11	3	27,2	2	18,1	66,6
Senador	22	15	Sim	5	2	40	2	40	100
			Não	10	7	70	2	20	28,5

* Descartados os mortos antes de 1989

Fonte: Autoria Própria

É possível perceber que o pertencimento à famílias tradicionais se apresenta como um fator importante no recrutamento dos governadores e senadores eleitos em 1974. Dentre os primeiros, 42% dos eleitos pertenciam a famílias tradicionais. No caso dos segundos, esta proporção é de 33%, sempre desconsiderando-se os mortos antes de 1989. No que diz respeito à continuidade de carreiras políticas na democracia, o pertencimento à famílias tradicionais se revela determinante, sobretudo, quando consideramos a taxa de sucesso desses empreendimentos: 75% dos governadores eleitos em 1974 e membros de famílias com tradição política, que disputaram eleições na democracia, as venceram; no caso dos senadores, os dois membros de famílias com tradição política que disputaram eleições na democracia, as venceram. Dentre aqueles senadores sem família tradicional, dos sete candidatos, apenas dois

¹⁷ Ver nota de rodapé número 12.

alcançaram o sucesso eleitoral. É possível que, não fosse a definição restritiva de família com tradição política empregada, estes dados poderiam ser ainda mais impressionantes.

A filiação partidária

A promulgação do Ato Institucional Número Dois (AI-2), em 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar Número Quatro (AC-4), em 20 de novembro de 1965, decretaram a extinção dos partidos políticos em funcionamento desde a redemocratização de 1945 e a sua tradução em uma nova ordem bipartidária composta, por um lado, por um partido de sustentação do regime ditatorial, a Arena, e, por outro lado, por um partido de oposição moderada, o MDB. A vitória emedebista nas eleições ao senado, de 1974, tem como particularidade marcar a consolidação do bipartidarismo já aplicado nas eleições gerais de 1966 e 1970 e que tinha, até então, a sua legitimidade obstruída pela sua origem autoritária e artificial e pela projeção em seu seio dos fantasmas das rivalidades do passado (KINZO, 1980; KRIEGER, 1976; MADEIRA, 2006). Este novo *état de choses* fez emergir um caráter plebiscitário da disputa bipartidária, o que potencializou a viabilidade eleitoral do MDB (MADEIRA, 2006, p. 75) e tornou-o um canalizador da contestação do regime e, portanto, um elemento de dinamização da transição política (CODATO, 2005, p. 95).

Diante deste novo cenário e tomando-se em consideração que os arenistas sustentavam um regime contra o qual, teoricamente, era feita a transição, é analisado o impacto da filiação dos eleitos de 1974 seja a Arena seja ao MDB sobre a continuidade de carreiras políticas, tomando-se como hipótese de que os opositores teriam mais incentivos para a consecução do empreendimento de continuidade da carreira política.

Tabela 6 – Variável filiação partidária e continuidade de carreiras políticas

Partido	N	n*	Disputa eleições após 1989		Vence eleições após 1989		Taxa de sucesso
			n'	%	n''	%	%
Arena	27	22	8	36,3	5	22,7	62,5
MDB	16	12	8	66,6	4	33,3	50

* Descartados os mortos antes de 1989. Fonte: Autoria Própria

Diferentemente do que se esperava, são os eleitos da Arena que se elegem em maior número na democracia e que tem taxas de sucesso mais elevadas dos seus empreendimentos de continuidade de carreiras políticas. Este achado é sustentado pelas características da transição política brasileira. Por um lado, Geisel foi capaz de iniciar o processo de transição para melhor controlar o curso da mudança a ser realizada e, desta forma, evitar que os quadros

identificados com o regime autoritário sofressem constrangimentos para a sua participação política no novo regime democrático (MARQUES, 2010). Por outro lado, este novo regime manteve elementos do sistema política da ditadura, como a centralidade do Presidente da República, a coalizão enquanto forma de governabilidade, a fragmentação do sistema partidário, a baixa intensidade da cidadania, o arranjo federalista e o caráter regional das alianças políticas nacionais. Esta combinação de incentivos institucionais, certamente, incentivou elites políticas consolidadas na ditadura – inclusive, aquelas, identificadas ao partido de sua sustentação – a continuarem as suas carreiras políticas após 1989.

3 Os caminhos na democracia

Resta considerar quais foram os caminhos seguidos pelos governadores e senadores remanescentes na democracia. No quadro abaixo, foram listados todos aqueles que disputaram eleições na democracia, em negrito foram destacadas as eleições vencidas e em itálico foram grifados as eleições que deram lugar à obtenção de uma suplência.

Quadro 2 – Carreiras políticas dos remanescentes na democracia

Governadores		Senadores	
Nome (Partido/Estado)	Percurso na democracia	Nome (Partido/Estado)	Percurso na democracia
Aureliano Chaves (Arena/MG)	Presidente 1989 (PFL)	Evandro Carreira (MDB/AM)	Senador 1998 (PV); Senador 2010 (PSOL)
Divaldo Suruagy (Arena/AL)	Governador 1994 (PMDB) ; Deputado Federal 1998 (PMDB)	Evelásio Vieira (MDB/SC)	Senador 1990 (PMDB)
Élcio Álvares (Arena/ES)	Senador 1990 (PFL) ; Senador 1998 (PFL); Deputado Estadual 2006 (PFL) ; Deputado Estadual 2010 (DEM)	Itamar Franco (MDB/MG)	Vice Presidente 1989 (PRN) ; Governador 1998 (PMDB) ; Senador 2010 (PPS)
Irapuan Costa Júnior (Arena/GO)	Deputado Federal 1994 (PP)	Jarbas Passarinho (Arena/PA)	Governador 1994 (PPR)
Konder Reis (Arena/SC)	Vice Governador 1990 (PFL) ; Deputado Federal 1998 (PFL) ; Deputado Estadual 2002 (PFL)	Lázaro Barbosa (MDB/GO)	Deputado Federal 1990 (PMDB)

Roberto Santos (Arena/BA)	Governador 1990 (PMDB); Deputado Federal 1994 (PSDB)	Leite Chaves (MDB/PR)	Deputado Federal 1998 (PMDB)
Sinval Guazzelli (Arena/RS)	Deputado Federal 1994 (PMDB)	Mauro Benevides (MDB/CE)	Senador 1994 (PMDB); <i>Deputado Federal 1998 (PMDB); Deputado Federal 2002 (PMDB); Deputado Federal 2006 (PMDB); Deputado Federal 2010 (PMDB); Deputado Federal 2014 (PMDB)</i>
		Orestes Quércia (MDB/SP)	Presidente 1994 (PMDB); Governador 1998 (PMDB); Senador 2002 (PMDB); Governador 2006 (PMDB)
		Roberto Saturnino Braga (MDB/RJ)	Vereador 1992 (PSB); Senador 1994 (PSB); Vereador 1996 (PSB); Senador 1998 (PSB)

Fonte: Autoria Própria

Dentre os 16 eleitos em 1974 (de um total de 34 vivos após 1989) que disputaram eleições na democracia, os três cargos mais frequentemente disputados foram aqueles de Deputado Federal (12), Senador (10) e Governador (6), que são os mesmos para os quais os 9 remanescentes mais frequentemente se elegeram: 9 eleições ao posto de deputado federal (contando com as três suplências de Mauro Benevides); 3 ao Senado e 2 aos postos de Governador e Deputado Estadual. Como se percebe, os eleitos de 1974 tentaram manter, na democracia, os postos que já ocupavam na ditadura, mas foi na Câmara de Deputados, onde mais frequentemente continuaram as suas carreiras políticas. O quadro traz os dados daqueles que não conseguiram manter cargos eletivos na democracia, pois muitos deles ainda se mantiveram importantes figuras no interior dos seus partidos, como demonstra o fato de políticos como Aureliano Chaves, Evandro Carreira, Evelásio Vieira, Jarbas Passarinho e Orestes Quércia, que mesmo sofrendo derrotas eleitorais (por vezes, sucessivas) foram capazes de obter as indicações partidárias a postos estratégicos, como aqueles de governador,

senador ou presidente da República. Desta maneira, o quadro a seguir reúne os diferentes percursos tomados pelos eleitos de 1974 em seus empreendimentos de continuidade de carreiras políticas.

Quadro 3 – Perfis de continuidade das carreiras políticas

Perfil	Carreira prévia a 1964	Carreira posterior a 1989	Frequência
1	Com carreira	Candidato eleito	4
2	Com carreira	Candidato	4
3	Com carreira	Sem carreira	12
4	Sem carreira	Candidato eleito	5
5	Sem carreira	Candidato	3
6	Sem carreira	Sem carreira	6

Fonte: Autoria Própria

A partir deste quadro, se distinguem dois perfis básicos daqueles que conseguiram dar sequência às suas carreiras políticas após 1989. O primeiro é aquele dos *políticos eleitos no período democrático anterior à Ditadura, ao longo desta e no pós-1989*. Se enquadram neste perfil os senadores Roberto Saturnino Braga e Mauro Benevides e os governadores Sinval Guazzelli e Konder Reis. Estes políticos conseguiram se alocar na ordem autoritária inaugurada em 1964 e, firmando seu protagonismo político, foram capazes de se manter entre a elite política no retorno à democracia. O segundo perfil é aquele dos *políticos eleitos na Ditadura e após esta*. Para estes, o regime autoritário permitiu o seu acesso à elite política, status que foi mantido no período democrático. Se enquadram neste perfil os senadores Itamar Franco e Lázaro Barbosa, assim como os governadores Divaldo Suruagy, Elcio Álvares e Roberto Santos.

Conclusão

O objetivo principal do presente artigo foi o de estudar o caso das eleições de 1974 aos governos estaduais e ao Senado Federal, examinando se estes eleitos tentaram manter as suas carreiras políticas após a transição política realizada em 1989, com a eleição direta e decisiva do primeiro presidente civil desde o golpe civil-militar de 1964, e se o conseguiram. Neste sentido, a principal contribuição do artigo aos estudos de carreiras políticas é apresentar o dado segundo o qual 47% dos eleitos em 1974 disputaram eleições na democracia e que 26,5% deles as venceram. Algumas hipóteses foram testadas de maneira a explicar este dado. Assim, revelou-se que a filiação a Arena, que o exercício do mandato de governador, que o

fato de não ser um remanescente da Quarta República, assim como aqueles de se situar entre o grupo dos mais jovens e de pertencer à famílias com tradição política são fatores que impactam positivamente em um empreendimento de continuidade da carreira política na democracia.

Surpreende, em especial, o impacto positivo exercido pela filiação partidária arenista sobre a continuidade de carreiras políticas na democracia. Em um primeiro momento, seria de se imaginar que os agentes de sustentação do regime autoritário teriam mais dificuldades em se firmar no novo regime democrático e que aqueles que representavam a mudança política – os eleitos do MDB – receberiam mais incentivos. Ao confrontarmos este pressuposto com o *modus operandi* da transição brasileira pudemos concluir que são justamente as características da transição que tornam possível o fenômeno de continuísmo, até mesmo, dos antigos sustentadores da ditadura. Eleitos de ambas as legendas foram incentivados a continuarem as suas carreiras na democracia, na medida em que a mudança institucional não foi acompanhada de uma total ruptura com a prática política então prevalecente, mas foram os ex-arenistas que mais se privilegiaram do caráter pactuado da transição.

O impacto positivo da filiação partidária, assim como as influências das demais variáveis deverão ser confirmados pela extensão da pesquisa às demais eleições realizadas sob a vigência da ditadura civil-militar (1965, 1966, 1970, 1978, 1982 e 1986). De qualquer modo, o estudo de caso das eleições de 1974, ao revelar um significativo grau de continuidade de elites políticas e ao apresentar algumas variáveis capazes de explicar a ocorrência deste fenômeno, confirma o interesse em estudar o caso dos governadores e senadores remanescentes da ditadura na democracia.

Bibliografia

ARTURI, Carlos. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista Sociologia e Política**, v. 17, 2001, p. 11-31.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, 2005, p. 83-106.

COSTA, Luiz Domingos et al. O desenho e as fontes da pesquisa com elites parlamentares brasileiras no século XX. In: PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Orgs.). **Como estudar elites**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015, p. 63-92.

DORIA, Francisco Antônio. **Os herdeiros do poder**. Rio de Janeiro: Revan, 1995, 272 p.

FLEISCHER, David. Manipulações casuísticas do sistema eleitoral durante o período militar, ou como usualmente o feitiço se voltava contra o feiticeiro. IN: SOARES, Gláucio Ary

Dillon; D'ARAUJO, Maria Celina. **21 anos de regime militar: balanços e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 154-197.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy third wave. **Journal of Democracy**, v. 2, n.2, 1991, p. 12-34.

JENKS, Margareth. Political Parties in Authoritarian Brazil. 1979 . Tese (Doutorado em Ciência Política) – Duke University, Estados Unidos, 1979.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). **Voto de desconfiança**. Eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979. Petrópolis: Vozes, 1980, p. 217-238.

KRIEGER, Daniel. **Desde as Missões...** Saudades, Lutas, Esperanças. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, 398 p.

MADEIRA, Rafael Machado. **ARENA ou ARENAS?** A coesão partidária da legenda do regime em três estados brasileiros. 2002. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

_____. **Vinhos antigos em novas garrafas:** a influência de ex-arenistas e ex-emedebistas no atual multipartidarismo brasileiro. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; PÉREZ-LIÑÁN. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 44, n. 4, 2001, p. 645-687.

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. Transições políticas na América Latina em perspectiva comparada. **Pensamento Plural**, v. 6, 2010, p. 57-69.

MATHIAS, Suzeley Kalil. O projeto militar de distensão: notas sobre a ação política do Presidente Geisel. **Revista de Sociologia e Política**, n. 4/5, 1995, p. 149-159.

NEIVA, Pedro Robson Pereira. Coesão e disciplina no Senado Federal. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 54, n. 2, 2011, p. 289-318.

NERY, Sebastião. **As 16 derrotas que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário:** primeiras conclusões. São Paulo: Vértice, 1988. 354 p.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. O modismo “civil-militar” para designar a Ditadura Militar. **Brasil de Fato**, 10 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.brasilefato.com.br/node/10300>>. Último acesso em 06 set. 2017.

REIS, Daniel Aarão. A ditadura civil-militar. **O Globo**, 31 mar. 2012. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/a-ditadura-civil-militar-438355.html>>. Último acesso em 06 set. 2017.

SANTOS, André Marenco dos. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R.; SAÉZ, M. A. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

Glossário

Arena – Aliança Renovadora Nacional

DEM – Democratas

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPR – Partido Progressista Reformador

PPS – Partido Popular Socialista

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PV – Partido Verde

UDN – União Democrática Nacional